


VIVENTES, DISPOSITIVOS E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO SEGUNDO AGAMBEN

Itamar Soares Veiga¹
Universidade de Caxias do Sul (UCS)
 <https://orcid.org/0000-0003-4275-0486>

RESUMO:

Este artigo trata sobre a filosofia de Agamben com o enfoque no tema dos processos de subjetivação. A investigação busca responder a seguinte interrogação: o que significam tais processos para Agamben? Compreende-se que Agamben possui uma definição diferente daquela usada por Foucault. Assim, a exposição recupera elementos relacionados aos processos de subjetivação. Entre estes elementos estão os dispositivos e o sujeito. Através da análise dos dispositivos, mostra-se que Agamben amplia o conceito, primeiramente elaborado por Foucault, inserindo-o na análise do mundo capitalista atual. Através desse aprofundamento a respeito do dispositivo, chega-se a uma definição dos processos de subjetivação. Na segunda parte, os resultados dos processos de subjetivação, isto é, o sujeito capturado frente o seu destino político. Isto permite consolidar a explicação dos processos de subjetivação que foi alcançada. O resultado final mostra que os processos de subjetivação devem ser não ignorados, mas superados para que o sujeito possua uma vida em potência.

PALAVRAS-CHAVE: Processos de subjetivação; Dispositivo; Sujeito; Agamben.

LIVING BEINGS, APPARATUS AND PROCESSES OF SUBJECTIFICATION ACCORDING TO AGAMBEN

ABSTRACT:

This article discusses the philosophy of Agamben with the focus on the theme of processes of subjectification. The research seeks to answer the following question: which means these processes for Agamben? It is

¹ Doutor em filosofia. Professor da Universidade de Caxias do Sul (PPG-FIL), Rio Grande do Sul – Brasil. Email: inpesquisa@yahoo.com.br.

understood that Agamben has a different definition from that used by Foucault. Thus, exposure recovers other elements related to processes of subjectification. These elements are the apparatus and the subject. By analyzing the apparatus, it is shown that Agamben extends the concept, first developed by Foucault, inserting it into the analysis of the capitalist world atual. Through this deepening about the apparatus, we arrive at a definition of the processes of subjectification. In the second part, the results of processes of subjectification, that is, the subject captured forward their political destiny. This allows you to consolidate the explanation of processes of subjectification that has been achieved. The final result shows that the processes of subjectification should not ignored but overcome so that the subject has a life in potency.

KEYWORDS: Processes of subjectification, Apparatus, Subject, Agamben.

Introdução

Quando Agamben trata sobre a política e as transformações que estão determinam um esvaziamento da mesma, ele procura mostrar que tal esvaziamento ocorre de dentro para fora e que a concepção do que seja o humano está em jogo. A determinação sobre o quem é o homem, o que homem faz e o que deve ser feito com ele, são as principais preocupações da política esvaziada pelos avanços da ciência desde século XVIII e, mais recentemente pela ação da tecnociência. Desta forma, o esvaziamento da política a converte em biopolítica.

Uma preocupação com o humano, com a herança da teologia cristã sob a forma da *oikonomia*, permite a Agamben, uma compreensão mais profunda e, ao mesmo tempo, mais ampla da situação de estagnação na iniciativa política atual. Assim, ao fazer ressurgir em pleno século XXI, estes elementos teológicos cristãos, Agamben constrói um suporte onde predominam as diferentes classificações esvaziamento ou eclipse ou abismo do sistema político. Mas, o pano de fundo da teologia cristã é, também, o pretexto de Agamben para um aprofundamento da análise de Foucault sobre o tema dos dispositivos de controle. Este aprofundamento se transforma em uma descrição mais ampla dos dispositivos e esta ampliação permite esclarecer a sua proposta de uma nova política.

Este artigo visa analisar e esclarecer o que significa para Agamben os assim denominados “processos de subjetivação”. Eles são importantes porque se situam em dois pontos (a) naquele do aprofundamento da reflexão de Foucault e (b) naquele da apresentação de um do papel do sujeito frente a política, mostrando subsídios para uma reversão do quadro de esvaziamento. A primeira parte tratará da ampliação dos processos de subjetivação em Foucault por parte de Agamben; e a segunda parte tratará da relação entre os resultados dos processos de subjetivação, ou seja, do sujeito com a política.

I

Agamben refere-se aos processos de subjetivação em sua análise do conceito de dispositivo, incluindo, primeiramente, a obra de Foucault. Um texto que trata de forma direta esse conceito é a sua conferência *O que é um dispositivo?* Proferida na Universidade de Santa Catarina em 2005. Mas, expor o que é um dispositivo, desde a origem em Foucault, implica desenvolver um cenário de fundo onde o que está em questão não é apenas o dispositivo, mas os efeitos que ele acarreta. É nesse momento que a discussão sobre os dispositivos passa a ser uma discussão sobre os “processos de subjetivação”.

Construindo este cenário, tem-se primeiramente que os processos de subjetivação cumprem duas tarefas: (a) esclarecer que efeito possui um dispositivo e (b) adentrar em um resgate da teologia cristã logo após o fim do império romano. Este resgate visa pesquisar como foi o estabelecimento de uma política e de uma administração do poder no Ocidente. Assim, Agamben realiza um recuo para época dos primeiros teólogos cristãos e pretende, neste recuo, ter a companhia de Foucault.

O recuo para época dos primeiros cristãos é parte de um esforço de pesquisa terminológica do termo “dispositivo”. Ele mostra que, no uso do termo “dispositivo” está contida uma origem latina derivada do uso grego da palavra. Na origem grega, o termo se refere à administração da lide doméstica: ao *oikos*, e também a *oikonomia*. Contudo, na situação do mundo dos primeiros cristãos, após a queda do império romano, o termo assume a dimensão temporal ou doméstica de uma tarefa do poder divino na terra, ou seja, uma tarefa daqueles que são os cristãos: administrar não mais a casa, mas o mundo. Essa administração do mundo, compreendido como o reino de Deus na terra, significava uma preocupação com o mundo temporal dos Reis e o mundo humano em geral. Assim, tal administração, na perspectiva do divino, era algo “doméstico” objeto de uma *oikonomia*. Nesta direção, Agamben encontra Foucault:

O termo latino *dispositio*, do qual deriva o nosso termo “dispositivo”, vem, portanto, para assumir em si toda a complexa semântica da *oikonomia* teológica. Os “dispositivos” de que fala Foucault estão de algum modo conectados com esta herança teológica, podem ser de alguma maneira reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou a essência e a operação por meio da qual ele administra e governa o mundo das criaturas. O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito. (AGAMBEN, 2009, p.38).

O contexto teológico da *oikoimia* mostra uma “herança teológica” que se traduz em “fratura” entre “ser e práxis”. Esta fratura está na origem da administração do mundo temporal, ou seja, na origem da organização e da ação dos diferentes reinos da Europa na alta Idade Média e mesmo após. Agamben mantém o foco sobre tal “fratura” e a delega como uma tarefa que Foucault deve enfrentar.

O papel prático de administração, mas que ao mesmo tempo significa uma administração orientada pelo divino, conflui na palavra latina *dispositio*. A palavra funciona como um recorte semântico do termo grego originário e abre a perspectiva de pesquisa para a ação dos dispositivos. Diante do contexto de necessária ação pragmática e administrativa, desdobra-se a ligação entre os dispositivos e os processos de subjetivação. Neste sentido a explicação de Agamben percorre o cenário inicial da *oikonomia* dentro da teologia cristã, procurando primeiramente esclarecer o que são os dispositivos, e depois, os processos de subjetivação. Agamben remete ao próprio Foucault um conhecimento implícito deste tema em geral². Assim, no curso dos anos de 1975 e de 1976 de Foucault, coligidos no livro *Em defesa da sociedade*, descreve-se um contexto teórico no qual surge o termo dispositivo:

O que está em jogo em todas essas genealogias, vocês sabem, mal tenho necessidade de precisar, é isto: o que é esse poder, cuja irrupção, cuja contundência, cujo absurdo apareceram concretamente no decorrer destes últimos quarenta anos, ao mesmo tempo na linha de desmoronamento do nazismo e na linha de recuo do stalinismo? O que é o poder? Ou melhor – porque a pergunta: “O que é o poder?” seria justamente uma questão teórica que coroaria o conjunto, o que eu não quero –, o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas. *Grosso modo*, acho que o que está em jogo em tudo é o seguinte: a análise do poder, ou a análise dos poderes, pode, de uma maneira ou de outra, ser deduzida da economia? (FOUCAULT, 1999, p.19).

Foucault, embora seja influenciado pelas pesquisas marxistas a respeito de economia, não pretende manter a sua análise sob o viés marxista, ou sob o predomínio de uma visão totalizante economicista. Uma visão totalizante onde a pergunta sobre “o que é o poder?” representaria um ápice. Ele procura muito mais esclarecer quais são os elementos constituintes do

² Um outro autor, Alain Touraine, sugere também que Foucault conhecia as consequências do cristianismo e de uma moderna *oikonomia*: “de livro em livro, ele [Foucault] descobre que o cristianismo e a economia moderna não podem ser acusados de impor a austeridade e de proibir o prazer do paganismo.” (TOURAINÉ, 1994, p.181).

poder em seu sentido operatório: “seus mecanismos”, “seus efeitos”, “suas relações”. E, para pôr a descoberto tais elementos, sua pesquisa volta-se para o que ele denomina de “dispositivos”. O mais importante então, não é a menção a economia, mas sim os próprios dispositivos enquanto “mecanismos”, ou conjunto de “efeitos” e de “relações” através do qual o poder é exercido.

Com análise dos dispositivos, Foucault pretende, conforme suas próprias palavras, uma “análise dos poderes”. Deste modo, na análise do poder, é muito mais importante ter em vista os “operadores da dominação” do que propriamente os conceitos tradicionais (o sujeito, a unidade e a lei) com os quais o poder é comumente analisado.

Essa posição de Foucault abre um caminho novo que Agamben percorrerá e ampliará. E, situado no centro desse caminho, está um elemento diretivo: o conceito de dispositivo. Detendo-se sobre este conceito, Agamben realiza a sua análise do mundo atual. Entretanto, para deixar clara a diferença de enfoque, dos dois os autores com relação às análises tradicionais do poder, é decisiva uma passagem onde Foucault identifica os chamados “operadores de dominação” com os “dispositivos de dominação”:

O projeto geral, o dos anos anteriores e o deste ano, é tentar desamarar ou livrar essa análise do poder dessa tríplice preliminar – do sujeito, da unidade e da lei – e ressaltar, em vez desse elemento fundamental da soberania, aquilo que eu denominaria as relações e os operadores de dominação. Em vez de fazer os poderes derivarem da soberania, se trataria muito mais de extrair, histórica e empiricamente, das relações de poder, os operadores de dominação. [...] Portanto, não perguntar aos sujeitos como, por quê, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos. Em segundo lugar, tratar-se-ia de ressaltar as relações de dominação e de deixá-las valer em sua multiplicidade, em sua diferença, em sua especificidade ou em sua reversibilidade: não procurar, por conseguinte, uma espécie de soberania fonte dos poderes; ao contrário, mostrar com os diferentes operadores de dominação se apóiam uns nos outros, remetem uns aos outros, em certo número de casos se fortalecem e convergem, noutros casos se negam ou tendem a anular-se. Eu não quero dizer, é claro, que não há, ou que não se pode atingir nem descrever os grandes aparelhos de poder. Mas eu creio que estes funcionam sempre sobre a base desses dispositivos de dominação. (FOUCAULT, 1999, p. 51)

Foucault está preocupado em “extrair os “operadores de dominação” das “relações de poder”. Na sua análise do poder, ele busca mostrar que o poder deriva desses tais “operadores”, sejam eles denominados aqui de “operadores de dominação” ou como “dispositivos de dominação”. É importante deixar claro que a análise baseada em tais dispositivos é

diferente da análise que faz sobre o tema dos “poderes derivarem da soberania”. E esta diferença torna a obra de Foucault um conjunto original.

Um outro elemento importante está presente na citação acima: o deslocamento de foco, mesmo que pequeno, para os “sujeitos” e, nisto, para a relação de sujeição diante do conjunto dos operadores ou dispositivos de dominação. Ou seja, “não perguntar aos sujeitos como, por que, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar”, mas sim interrogar sobre o processo em curso das relações de dominação, as quais “fabricam sujeitos”. Este deslocamento, mesmo aqui em forma inicial, inaugura a discussão dos processos de subjetivação. Com esse deslocamento, pode-se avançar ainda mais mediante a leitura do texto de Agamben, pois, de alguma forma, o autor amplia o pensamento de Foucault. Isto pode ser visto na seguinte passagem, ao analisar os temas foucaultianos das “técnicas políticas” e das “tecnologias do eu”, Agamben afirma:

O ponto em que estes dois aspectos [“técnicas políticas” e “tecnologias do eu”] convergem permaneceu, todavia, singularmente à sombra na pesquisa de Foucault, tanto que pôde afirmar que ele teria constantemente se recusado a elaborar uma teoria unitária do poder. Se Foucault contesta a abordagem tradicional do problema do poder, baseada exclusivamente em modelos jurídicos (“o que legitima o poder?”) ou em modelos institucionais (“o que é o Estado?”) e sugere “liberar-se do privilégio teórico da soberania” [...] para construir uma análise do poder que não tome mais como modelo e como código o direito, onde está, então, no corpo do poder a zona de indiferenciação (ou, ao menos, o ponto de intersecção) em que técnicas de individualização e procedimentos totalizantes se tocam? (AGAMBEN, 2010, p.13).

Nesta passagem surge de novo o tema da “fratura” antes referido quando se observou as características da *oikonomia* da teologia dos primeiros cristãos. Esta “fratura” entre “ser e práxis”, que é, na verdade, uma tarefa relegada por Agamben a Foucault, surge agora de um modo explícito: ela se situa na necessidade de pensar a convergência entre “técnicas políticas” e “tecnologias do eu”. Para Agamben, isto permaneceu na “sombra na pesquisa de Foucault”. Para retirar essa “fratura” que ficou “na sombra” e realizar a tarefa, Agamben faz um recorte sobre o tema dos dispositivos, alcançando assim, finalmente, o tema dos processos de subjetivação. Inicialmente, para Agamben, o dispositivo é compreendido de uma forma mais abrangente do que em Foucault. Trata-se de uma disseminação dos mesmos. Na palestra *O que é um dispositivo?* Agamben afirma:

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e

assegurar os gestos, as condutas, as opiniões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fabricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das conseqüências que se seguiram – teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2009, p.40-41).

Neste conjunto de aspectos que generalizam a concepção de dispositivo em Foucault, destaca-se a referência a “captura”, pois ela indica e orienta ação realizada pelo dispositivo. Isto é, Agamben mostra que o “dispositivo” serve para capturar o homem através de um determinado processo de subjetivação. “Capturar” significa “orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas”. Assim, o homem constitui um dos pólos que está em jogo: ele possui e está cercado de dispositivos e, estes realizam a ação de capturá-lo. Resta, ainda, esclarecer qual é o efeito ou resultado da captura: o resultado é o “sujeito”. Na passagem abaixo, o homem é denominado de “vidente”, algo semelhante a uma matéria-prima³ dos processos de subjetivação, os quais realizam as suas respectivas capturas mediante os dispositivos. Agamben apresenta os processos de subjetivação com estas palavras:

Recapitulando, temos assim duas grandes classes, os seres videntes (ou as substâncias) e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, os sujeitos. Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os videntes e os dispositivos. Naturalmente as substâncias e os sujeitos, como na velha metafísica, parecem sobrepor-se, mas não completamente. Neste sentido, por exemplo, um mesmo indivíduo, uma mesma substância, pode ser o lugar dos múltiplos processos de subjetivação: o usuário de telefones celulares, o navegador de internet, o escritor de contos, o apaixonado por tango, o não-global etc. Ao ilimitado crescimento dos dispositivos no nosso tempo corresponde uma igualmente disseminada proliferação de processos de subjetivação. Isso pode produzir a impressão de que a categoria

³³ Que o homem possa ser considerado também matéria-prima ou um recurso pode também ser encontrado na *Questão da técnica* de Heidegger e que é mencionada na palestra *O que é um dispositivo?* De Agamben. Heidegger afirma que o homem também está se transformando em substância: “Tão logo o que estiver descoberto não mais interessar ao homem como objeto, mas exclusivamente como substância, e o homem no seio da falta de objeto apenas for aquele que requer a substância – o homem caminhará na margem mais externa do precipício, a saber, caminhará para o lugar onde ele mesmo deverá apenas mais ser tomado como substância.” (HEIDEGGER, 1997, p. 77-79).

da subjetividade no nosso tempo vacila e perde consistência; mas se trata, para ser preciso, não de um cancelamento ou de uma superação, mas de uma disseminação que leva ao extremo o aspecto de mascaramento que sempre acompanha toda identidade pessoal. (AGAMBEN, 2009, 41-42).

O processo de subjetivação ocorre quando um “vivente” (ou uma “substância”) se torna um sujeito. Para que um vivente se torne um sujeito é necessário, nesse caso, a ação de um dispositivo dentro de um processo de subjetivação. O significado de “vivente” se inscreve em uma tentativa de superação: a superação da própria concepção tradicional de sujeito. Ou seja, a concepção tradicional de sujeito é superada não por seu “cancelamento”, mais por sua “disseminação”. E, esta disseminação é uma contrapartida do “ilimitado crescimento dos dispositivos”, onde para cada dispositivo, acompanha um processo de subjetivação. A consequência dos processos de subjetivação disseminados é uma ampliação do mencionado efeito de “mascaramento” do indivíduo, pois a disseminação “leva ao extremo o aspecto de mascaramento que sempre acompanha a identidade pessoal”.

Em mais um retorno à antiguidade do termo dispositivo, em seu significado latino (*dipositio*), Agamben aproveita para expor as características dos dispositivos atuais. Estas características são mostradas comparativamente: em sua diferença com relação aos dispositivos de outrora. Um exemplo é o dispositivo da penitência. A penitência refazia o que era o “eu pecador” em um “novo eu” e, desta forma, ela renovava o sujeito que tinha se submetido ao eu respectivo processo:

[...] o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo. O exemplo da confissão é aqui iluminador: a formação da subjetividade ocidental, ao mesmo tempo cindida e, no entanto, dona e segura de si, é inseparável da ação plurissecular do dispositivo penitencial, no qual um novo Eu se constitui por meio da negação e, ao mesmo tempo, assunção do velho. A cisão do sujeito operada pelo dispositivo penitencial era, nesse sentido, produtora de um novo sujeito que encontrava a própria verdade na não-verdade do Eu pecador repudiado. Considerações análogas podem ser feitas para o dispositivo prisional, que produz como consequência mais ou menos imprevista a constituição de um sujeito e de um *milieu* delinquente, que se torna o sujeito de novas – e, desta vez, perfeitamente calculadas – técnicas de governo. (AGAMBEN, 2009, p.46-47).

Mas, existem diferenças entre este processo de subjetivação do dispositivo penitencial e a forma dos dispositivos no mundo capitalista e, esta diferença, via para além do objetivo do dispositivo: a penitência. A diferença se situa no próprio processo de subjetivação. O comentário comparativo de Agamben mostra que processo de subjetivação do primeiro

dispositivo (penitência) momento há uma dessubjetivação para, no seguinte momento, uma nova subjetivação que renova o eu. Contudo, os dispositivos na época atual, no mundo capitalista, a nova subjetivação está prejudicada: ela acontece de forma precária, incompleta:

O que define os dispositivos com os quais temos que lidar na atual fase do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação. Um momento dessubjetivante estava certamente implícito em todo processo de subjetivação, e o Eu penitencial se constituía, havíamos visto, somente por meio da própria negação; mas o que acontece agora é que os processos de dessubjetivação parecem tornar-se reciprocamente indiferentes e não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, a não ser de forma larvar e, por assim dizer, espectral. Na não-verdade do sujeito não há mais de modo algum a sua verdade. Aquele que se deixa capturar no dispositivo “telefone celular”, qualquer que seja a intensidade do desejo que o impulsionou, não adquire, por isso, uma nova subjetividade, mas somente um número pelo qual pode ser, eventualmente, controlado; o espectador que passa as suas noites diante da televisão apenas a recebe em troca da sua dessubjetivação apenas a máscara frustrante do *zappeur* ou a inclusão no cálculos de um índice de audiência. (AGAMBEN, 2009, p.47-48).

A ação do dispositivo nos tempos atuais possui um efeito diferente do dispositivo penitencial, pois não reconstitui o “vivente” em sujeito, mas apenas o faz parcialmente, de uma forma precária, ou seja, de uma forma “larvar” ou “espectral”. Os dispositivos atuais revestidos pela tecnologia e elaborados tecnologicamente, não realizam exatamente o mesmo processo de subjetivação das épocas anteriores. Eles não geram uma “nova subjetividade”, mas geram, conforme a passagem citada, a possibilidade de um eventual controle.

Nos processos de subjetivação, os dispositivos são precisamente os “mecanismos” e “operadores” de dominação no âmbito da análise dos “poderes” conforme Foucault e, depois, também através de Agamben. Mas, essa mudança nos processos de subjetivação, assinalada para Agamben, apresenta um fenômeno que talvez seja marcante nos tempos capitalistas atuais. Para ressaltar o caráter de captura e dessubjetivação, uma leitura de uma passagem do livro de Jonathan Crary, *24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono*, é oportuna. Crary analisa a modificação do uso do tempo na época capitalista, onde a funcionalidade dos dispositivos exige uma dedicação de 24 horas por dia e 7 dias por semana:

A habituação individual a esses ritmos acarretou conseqüências sociais e ambientais devastadoras e fez do ciclo incessante de deslocamento e descarte a norma coletiva. Como perda é

continuamente engendrada, a memória, atrofiada, deixa de reconhecê-la como tal. Muda a composição fundamental das narrativas de vida: em vez de uma seqüência convencional de lugares e eventos associados a família, trabalho e relacionamentos, o principal fio condutor de nossa história de vida são as mercadorias eletrônicas e serviços de mídia por meio dos quais toda experiência é filtrada, gravada ou construída. À medida que desaparece a possibilidade de um único emprego ao longo da vida, o trabalho mais duradouro para a maioria das pessoas é elaborar sua relação com os dispositivos. Tudo o que antes era vagamente considerado “pessoal” é reconfigurado de maneira a facilitar a invenção de si mesmo a partir de um aglomerado de identidades que existem apenas como efeitos de dispositivos tecnológicos temporários. (CRARY, 2014, p.67)

Retornando à Agamben, na conferência *O que é um dispositivo?* ele considera que um avanço dos dispositivos e dos processos de subjetivação adentram o espaço político, não importante quais pólos tradicionais da política (esquerda e direita) estejam implicados. Agamben afirma que ambos os lados não conseguem enfrentar o estado de eclipse ou de estagnação que está instalado no ambiente político através da disseminação de processos de subjetivação, alguns deles referidos como “gigantescos”. Como afirmado antes, tais processos possuem a característica peculiar da época capitalista: uma dessubjetivação não que é inteiramente revertida. O resultado é um sujeito, “larvar” ou “espectral”. As palavras de Agamben são as seguintes:

As sociedades contemporâneas se apresentam assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real. Daqui o eclipse da política, que pressupunha sujeitos e identidades reais (o movimento operário, a burguesia etc.), e o triunfo da *oikonomia*, isto é, de uma pura atividade de governo que visa somente à sua própria reprodução. Direita e esquerda, que se alternam hoje na gestão do poder, têm por isso bem pouco o que fazer com o contexto político do qual os termos provêm e nomeiam simplesmente os dois pólos – aquele que aposta sem escrúpulos na dessubjetivação e aquele que gostaria, ao contrário, de recobri-la com a máscara hipócrita do bom cidadão democrático – de uma mesma máquina governamental. (AGAMBEN, 2009, p. 48-49).

Mais uma vez, não se trata aqui de partir do “poder” em uma busca orientada pelo tema sobre os “poderes derivarem da soberania” (Focault, citação *supra*) e não se trata, também, de partir dos conceitos tradicionais: “do sujeito, da unidade da lei” (Focault, citação *supra*), mas sim, dos elementos dos processos de subjetivação. Esta primeira parte mostrou que o conceito de dispositivo é importante para compreender o que significam os

processos de subjetivação. A partir desse conceito, que remete primeiramente a Foucault, Agamben realiza uma ampliação buscando abranger o capitalismo na época atual. Finalmente, através da análise de Agamben, percebeu-se que o processo de subjetivação integra três elementos: os viventes, os dispositivos e os próprios sujeitos. Estes últimos sob a forma de resultados dos processos de subjetivação. “Estes três elementos componentes, e mais a peculiaridade do capitalismo ao gerar um sujeito “larvar” ou espectral”, constituem um cenário onde emerge o encontro dos processos de subjetivação com a política. Esta entrada da dimensão política na discussão será tratada na próxima parte.

II

Os processos de subjetivação, atuantes entre os “viventes” e mundo das relações de poder, resultam em diferentes sujeitos sob uma forma “larvar” ou “espectral”. Um dos elementos determinantes desta ação realizada nos processos de subjetivação é o dispositivo. Na sociedade capitalista pós-industrial, os dispositivos se disseminam de modo “ilimitado”, gerando um cenário peculiar e, assumindo este efeito singular. Tal efeito singular se explica pela modificação do processo de subjetivação, no qual não mais se encontra uma dessubjetivação seguida de uma subjetivação, no modo de reconstrução de um sujeito. Mas, o resultado final da subjetivação, no mundo capitalista, é uma subjetivação incompleta, “larvar” ou espectral, ou seja. Assim, este cenário é o ponto de partida para se tratar a dimensão política. Agamben o descreve da seguinte forma:

[...] Se a política parece, hoje, atravessa um eclipse permanente, no qual se apresenta em posição subalterna em relação à religião, à economia e até mesmo ao direito, isso é porque, na medida em que perdia consciência de seu estatuto ontológico, ela deixou de se confrontar com as transformações que progressivamente esvaziaram de dentro suas categorias e conceitos. Assim, acontece que, nas páginas que se seguem, paradigmas genuinamente políticos são procurados em experiências e fenômenos que habitualmente não considerados políticos (ou o são de modo unicamente marginal): a vida natural dos homens (a *zoé*, por muito tempo excluída do âmbito propriamente político) restituída, segundo o diagnóstico da biopolítica foucaultiana, ao centro da *polis*; o estado de exceção (suspensão temporária do ordenamento, que revela, ao contrário, constituir a sua estrutura fundamental em todos os sentidos); o campo de concentração (zona de indiferença entre público e privado e, ao mesmo tempo. Matriz escondida do espaço político em que vivemos); o refugiado, que, rompendo o nexos entre homem e cidadão, deixa de ser uma figura marginal para se tornar um fator decisivo da crise do Estado-nação modernos; [...] (AGAMBEN, 2015, p.9-10).

Um dos principais aspectos da passagem acima são estas “transformações que esvaziaram a política”. Este esvaziamento gerou uma busca por alternativas que sirvam de ponto de apoio para uma reflexão que atinja a realidade. Assim, a política voltou-se para vida natural e, portanto para a biopolítica, ou para o estado de exceção, etc. O cenário descrito por a Agamben encontra uma semelhança nas análises do sociólogo francês Alain Touraine, quando este, em *O que a democracia?*, afirma:

Esses três combates definem a cultura política em que se apóia a democracia: não se reduz ao poder da razão, nem à liberdade dos grupos de interesses, nem ao nacionalismo comunitário; combina elementos que tendem constantemente a se separarem e que, ao se encontrarem isolados, se degradam em princípios de governo autoritário. A nação, que foi libertadora, degrada-se em comunidades fechadas e agressivas; a razão, que atacou as desigualdades transmitidas, degrada-se em “socialismo científico”; o individualismo, associado à liberdade, pode reduzir o cidadão a um puro e simples consumidor político. Na medida em que a modernidade se apóia na difícil gestão das relações entre razão e sujeito, racionalização e subjetivação, na medida em que o próprio sujeito é um esforço para associar a razão instrumental à identidade pessoal e coletiva, a democracia define-se melhor em relação à vontade de combinar o pensamento racional com a liberdade pessoal e identidade cultural. (TOURAINÉ, 1996, p.28).

Touraine assinala que elementos que compõe a democracia (a nação, a razão e a liberdade) podem se separar e se associar nocivamente com outros fatores diferentes: comunitarismo fechado e agressivo, tecnicismo e individualismo e, assim, destruir a própria democracia. Este é mais um diagnóstico que visa investigar os elementos mais profundos da busca política do viver bem, o qual, nesse caso, seria através da democracia. Mas, Touraine deve prover ainda outras contribuições que vão além do mero diagnóstico dos problemas políticos profundos da política. Isto será visto oportunamente.

Retornando à Agamben, ele procura desenvolver alguns elementos que apontem para uma alternativa da ação do “vivente” dentro da dimensão política. A alternativa que é elaborada reside em compreender a vida como parte de uma potencialidade. Uma potencialidade que não se esgota na forma de vida assumida pelo vivente. O não esgotamento se torna uma condição essencial, ou definitiva, do próprio tipo de viver referente ao homem. Ademais, o não esgotamento pode ser traduzido em uma ênfase não no ato, mas na potência. A potencialidade deve constituir, então, o elemento principal da concepção de uma nova política. Sem a potencialidade inscrita no que Agamben denomina forma-de-vida (com hífen), o cenário político deve permanecer estático. Este é um aspecto que anuncia a importância da potencialidade. Agamben a apresenta com as seguintes palavras:

Apenas se eu já não estou sempre e somente em ato, mas somente sou entregue a uma possibilidade e a uma potência, apenas se, nas minhas vivências e nos meus entendimentos, estão sempre em jogo o viver e o entender eles mesmos – ou seja, se há, nesse sentido pensamento –, então uma forma de vida pode tornar-se, em sua própria facticidade e coisalidade, forma-de-vida, na qual nunca é possível isolar algo como uma vida nua. (AGAMBEN, 2015, p.19).

Isolar uma forma de vida, ou *isolar* uma vida nua, significa reduzir a forma-de-vida essencial (potência definitiva do homem) em um ato, ou fato, e isso acontece mediante a redução de todas as formas de vida, enquanto modos singulares do vivente, a meros fatos. As vivências e o entendimento são formas de vida singulares que devem se conformar com os processos de subjetivação. E, de tal modo que, nesta conformação, não se deve ignorar tais processos, mas ultrapassá-los, evitando o efeito de um sujeito “larvar” ou “espectral”. Ou, evitando o efeito de incompletude que pode resultar dos processos de subjetivação no mundo capitalista.

O modo de evitar tal redução é construído a partir dessa ênfase na “potência” e não no “ato”. Como afirmará o próprio autor: “Apenas se eu já não estou sempre e somente em ato” existe a consideração de uma potência. A forma-de-vida não deve ser esgotada pelo “fato simplesmente”, mas deve ser perpassada pela “possibilidade de vida”. Pois, a forma-de-vida não implica somente o viver em uma espécie de “jogo o viver”, mas a forma-de-vida deve implicar, também, questionar o *modo* como se vive este “viver”. Estes aspectos podem ser vistos nesta seguinte passagem:

Uma vida, que não pode ser separada da sua forma, é uma vida para a qual, no seu modo de viver, está em jogo o próprio viver e, no seu viver, está em jogo antes de tudo o seu modo de viver. O que significa essa expressão? Define uma vida – a vida humana – em que os modos singulares, atos e processos do viver nunca são simplesmente *fatos*, mas sempre e primeiramente *possibilidade* de vida, sempre e primeiramente potência. Comportamentos e formas do viver humano nunca são prescritos por uma vocação biológica específica nem atribuídos por uma necessidade qualquer, mas, por mais ordinários, repetidos e socialmente obrigatórios, conservam sempre o caráter de uma possibilidade, isto é, colocam sempre em jogo o próprio viver. Por isso, - isto é, enquanto é um ser de potência, que pode fazer ou não fazer, conseguir e falhar, perder-se ou encontrar-se – o homem é o único ser em irremediável e dolorosamente destinada à felicidade. Porém isto constitui imediatamente a forma-de-vida como vida política. (AGAMBEN, 2015, p.13-14).

Como compreender essas diferentes formas de vida? Elas são os “modos singulares” da vida humana, os quais não são “*simplesmente* fatos”,

mas possibilidades ou potencialidades. Estes “modos singulares” ou formas de vida possuem a sua matriz na forma-de-vida (escrita com hífen)⁴ que remete propriamente a essência do homem (“Define uma vida – a vida humana”) e desconstrói a dimensão meramente fatural com a qual os modos singulares ou formas de vida específica podem ser instrumentalizados e eventualmente reduzidos a fatos. Instrumentalizados ou capturados pelos processos de subjetivação nos inúmeros dispositivos (eletrônicos ou não) da época atual. Por ser potencialidade, o homem, enquanto “forma-de-vida” (com hífen) se destina à felicidade e, nisto, à política.

Para acrescentar outras perspectivas similares a de Agamben, principalmente quando este refere a forma-de-vida como vinculada à busca da felicidade e nisto à política, pode-se tecer uma aproximação com o seguinte constructo filosófico e sociológico de Touraine. Este último afirma que o Sujeito (às vezes grafado com o “s” maiúsculo), não se confunde com a noção de “sujeito universal” ou com o racionalismo⁵, mas ao contrário. O Sujeito é um dos núcleos que podem desvencilhar o emaranhado das ameaças à democracia e ameaças ao espaço político como um todo. Touraine define assim o Sujeito:

[...] Designo por *sujeito* a construção do indivíduo (ou grupo) como ator, através da associação de sua liberdade afirmada com a sua experiência de vida assumida e interpretada. O sujeito é o esforço de transformação de uma situação de vida em ação livre; introduz a liberdade no que aparece, em primeiro lugar, como determinantes sociais e herança cultural. (TOURAINÉ, 1996, p.23-24, uso de itálico do autor).

As expressões: “experiência de vida assumida e interpretada” e a de que o sujeito seja um “esforço de transformação” são muito próximas à potencialidade referida por Agamben. Ainda que as outras expressões como “situação vivida” e “ação livre” tenham que ter os seus próprios contornos mais delimitados, percebe-se que está presente aqui o caráter de potencialidade e de transformação que existe na perspectiva de Agamben.

Mas Agamben aprofunda a sua reflexão sobre os processos de subjetivação, colocando este enfoque da potencialidade junto com o eixo de sua análise da vida nua, e o faz em duas etapas: (a) quando mostra, no tema

⁴ Cfe.: “Com o termo *forma-de-vida* entendemos, ao contrário, uma vida que jamais pode ser separada da sua forma, uma vida na qual jamais é possível isolar alguma coisa como uma vida nua.” (AGAMBEN, 2015, p.13).

⁵ Cfe.: “A partir de Nietzsche e de Freud, o indivíduo deixa de ser concebido apenas como um trabalhador, um consumidor ou mesmo um cidadão, deixa de ser unicamente um ser social; ele se torna um ser de desejo, habitado por forças impessoais e linguagens, mas também um ser individual, privado. Isso obriga a redefinir o Sujeito. Ele era o elo que ligava o indivíduo a um universal: Deus, a razão, a História; ora, Deus está morto, a razão se tornou instrumental e a história está dominada pelos Estados absolutos.” (TOURAINÉ, 1994, p. 139).

da relação da vida nua com a soberania, uma cisão e (b) quando mostra que a forma-de-vida surge, justamente, a partir de uma “emancipação dessa cisão”. Eis as passagens:

- (a) A vida biológica, forma secularizada da vida nua, que tem indecidibilidade e impenetrabilidade em comum com esta, constitui literalmente, assim, as formas de vida reais em formas de *sobrevivência*, permanecendo nelas intocada como obscura ameaça que pode atualizar-se imediatamente na violência, na estranheza, na doença e no acidente. Ela é o soberano invisível que nos olha por trás das máscaras insensíveis dos poderosos que, percebendo ou não, nos governam em seu nome. (AGAMBEN, 2015, p.18).

Nesta passagem o tema da soberania está presente, mas ele permanece sempre como o contrapelo do tema da vida nua e isso é a cisão já mencionada. Esta cisão pode se tornar atual de várias formas (“na violência, na estranheza, na doença e no acidente”). Contudo, a segunda etapa resolve a “cisão”, estabelecendo outra relação possível entre vida biológica (em sua compreensão secularizada) e as formas de vida reais ou modos singulares de “sobrevivência”. Eis a passagem:

- (b) Isto, uma vida política orientada pela idéia de felicidade e coesa numa forma-de-vida só é pensável a partir da emancipação dessa cisão, do êxodo irrevogável de toda soberania. A pergunta sobre a possibilidade de uma política não estatal tem, portanto, necessariamente a forma: é possível, hoje, existe hoje algo como uma forma-de-vida, ou seja, uma vida para qual, no seu viver, esteja em jogo o próprio viver, uma *vida da potência*? (AGAMBEN, 2015, p.18).

A “forma-de-vida, “coesa” e que busca a felicidade, não pode estar resumida ao “ato”, mas sempre remete a “vida da potência”. Resumir a forma de vida (enquanto “modo singular”) ao “ato” significa deixá-la em um estado “larvar” ou “espectral”. E, isto sempre ocorre após um processo de subjetivação (que, no capitalismo, implica a dualidade subjetivação/dessubjetivação-prejudicada). E, neste quadro geral, Agamben pode finalmente introduzir um elemento consolidador da coesão das formas de vida reais (os modos singulares) de sobrevivência com a forma-de-vida (com hífen e que significa a busca da felicidade e, portanto, não pode ser um modo singular, mas sim definitório). Este novo elemento é o pensamento:

Chamamos pensamento o nexos que constitui as formas de vida em um contexto inseparável, em forma-de-vida. Com isso não entendemos a atividade individual de um órgão ou de uma faculdade psíquica, mas uma experiência, um *experimentum*, que tem por objeto o caráter potencial da vida e da inteligência humana. Pensar não significa simplesmente ser afetado por esta

ou por aquela coisa, por este ou por aquele conteúdo de pensamento em ato, mas ser, ao mesmo tempo, afetado pela própria receptividade, fazer experiência, em cada coisa pensada, de uma pura potencia de pensar. (AGAMBEN, 2015, p.18).

Mais uma vez, aquilo que se consolida com o “pensamento” é a coesão das formas de vida reais (sobrevivência) em uma forma-de-vida (essencial, definitiva: busca da felicidade e, por isso, política). O pensamento marca a impossibilidade de se deixar apenas em um estado “larvar” ou “espectral” do sujeito. Assim processo de subjetivação encontra a sua superação, porque não se trata mais de apenas captura, mas de potencialidade. É nesta direção que Agamben apresenta subsídios para uma alternativa na política, quando afirma sobre o “pensamento”:

O pensamento é forma-de-vida, vida insegregável da sua forma, e em qualquer lugar em que se mostre a intimidade dessa vida inseparável, na materialidade dos processos corpóreos e dos modos de vida habituais não menos do que na teoria, ali e somente ali há pensamento. E é esse pensamento, essa forma-de-vida que, abandonando a vida nua ao “homem” e ao “cidadão”, que a vestem provisoriamente e a representam com os seus “direitos”, deve tornar-se o conceito-guia e o centro unitário da política que vem. (AGAMBEN, 2015, p. 20-21).

Finalmente, esta segunda parte ampliou o estudo do sujeito enquanto resultado dos processos de subjetivação, abordando-o até a dimensão política. A dimensão ou espaço político permitiu que se mostrasse ainda mais claramente as características do sujeito. Isto ocorreu porque ele é concebido como um vivente destinado à felicidade, preocupado não somente em viver, mas também a respeito do modo como se vive. Disto se deriva uma tarefa política. A função dessa parte foi mostrar as aprofundar as características dos resultados dos processos de subjetivação, que é o sujeito e, para realizar este aprofundamento, foi desenvolvida uma análise que teve como pano de fundo a política.

Considerações finais

A primeira parte deste artigo mostrou os processos de subjetivação a partir de um dos elementos envolvidos no mesmo: os dispositivos. Isto foi realizado mediante uma retomada inicial do texto de Foucault e um direcionamento retirado da reflexão de Agamben. A segunda parte mostrou que estes processos de subjetivação estão disseminados e são talvez melhor explicitados no âmbito da política. Para Agamben o sujeito, que é o resultado dos processos de subjetivação, deve superar a cisão entre a mera vida biológica e as formas de vida que visam a sobrevivência no mundo

real, de modo a não se tornar “larvar” ou “espectral”. Somente com esta condição pode-se fazer uma nova política. Por sua vez, o conceito de sujeito do sociólogo francês A. Touraine é utilizado como elemento de diálogo na exposição sobre Agamben, para oferecer um quadro ainda mais amplo das características necessárias da vida política, onde esta se coloca sob a exigência de uma transformação. Assim, em resposta a pergunta principal, os processos de subjetivação, em Agamben, são interfaces estão alicerçados nos dispositivos e sem encontra sempre associados com a vida humana. E, é justamente por isso, que eles se tornam cada vez mais graves e importantes na medida em que dimensão política se anuncia. Pois, a relação entre vivente e dispositivo, permite a que o resultado seja um sujeito não “larvar” ou “espectral” em “ato”. Mas, sim o necessário sujeito de uma *vida em potência* capaz de transformação.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- _____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. *Meios sem fim: notas sobre política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CRARY, J. *24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2015, 2ª ed.
- FOCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HEIDEGGER, M. A questão da técnica. *Cadernos de tradução*, n. 2, p. 40-93, 1997..
- TOURAINÉ, A. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.